



CÓDIGO DE TRABALHO DO PS

MENOS EMPREGO

MENOS SALÁRIO

MENOS VIDA

www.esquerda.net



Um governo patronal

Despedimento mais fácil, flexibilidade de horários, mais negócio para as empresas de trabalho temporário. O novo Código de Trabalho é um convite para lutar.

MENOS EMPREGO

O governo começou por ameaçar com o livre despedimento por "inadaptação" e acabou por recuar. Mas a facilitação dos despedimentos individuais manteve-se na nova lei. Acaba o essencial do processo disciplinar prévio à decisão de despedimento. Só há suspensão do despedimento por iniciativa do empregador, o que a inviabiliza na prática. O trabalhador deixa de ter um ano para pedir a impugnação do despedimento, passando para dois meses, prazo demasiado curto, como indica a experiência concreta dos sindicatos. A reintegração de um trabalhador despedido injustamente não depende da sentença judicial: o patrão pode impedi-la, bastando duplicar a indemnização.

MENOS SALÁRIO

As horas extraordinárias têm sido usadas como compensação de más práticas salariais. Agora, em lugar de uma normalização dos horários laborais nas empresas (e também no Estado), com correspondentes actualizações salariais, o governo introduz a sua "flexibilização de horários". Esta é a medida que mais entusiasma o patronato, porque é a que permite pagar menos. A nova lei prevê a concentração de horários em três ou quatro dias, sem pagamento suplementar de horas extra e com a possibilidade de chegar às 60 horas de trabalho numa semana. No caso do "banco de horas", o pagamento suplementar é substituído por descanso.

MENOS VIDA

Para embaraço do PS, Van Zeller não deixou de cantar vitória: "Os governos de direita são mais tímidos. Felizmente temos Sócrates!" De facto, a nova lei do trabalho tem a marca do abuso. De nada serve pintá-la com o "combate à precariedade". Na verdade, as penalizações introduzidas para os falsos recibos verdes, além de brandas, precisariam de uma inspecção que o governo não faz nem fará. O único efeito destas penalizações é a legalização envergonhada de práticas laborais que a lei condena. Aberto fica o caminho para as empresas de trabalho temporário. Nos próximos tempos e a começar no sector público -Saúde, Segurança Social - ficará à vista que as ETT são as verdadeiras beneficiárias do "combate à precariedade" de José Sócrates.

O precário é que paga



"Se vocês trabalham a recibo verde, vejam ao fim do mês, ou no próximo contrato, o que é que acontece, quem é que paga os 5%", declarou o líder da CIP, Francisco Van Zeller, a um conjunto de jornalistas, a propósito dos 5% que os patrões deveriam descontar para a segurança social sobre o rendimento de cada trabalhador independente que tratarem.

Esta medida, anunciada como o principal instrumento do governo para combater a precariedade, pretendia que as empresas pagassem à Segurança Social 5% do valor dos contratos a recibo verde. No entanto, como já tinha sido denunciado por várias organizações de trabalhadores e é agora confirmado pelo próprio líder patronal, as empresas têm todas as condições para retirar aqueles 5% aos rendimentos do trabalhador.

Nome
Morada
Cód. Postal -
Telemóvel E-mail

O Bloco de Esquerda tem nove anos. É um percurso de causas e combates que conheces bem. Um percurso que faz toda a diferença contra os interesses mais fortes na sociedade portuguesa. Uma esquerda nova precisa de mais força e de mais vozes. No Bloco falta uma, a tua!

Envia estes dados para a Sede nacional (por CTT ou email) e receberás em casa a proposta de adesão - Av. Almirante Reis, 131, 2º 1150-015 Lisboa

PS MANTÉM DISCRIMINAÇÃO

O PS chumbou a lei do casamento homossexual. Trata-se do direito constitucional à não-discriminação e de uma lei que retira o poder do Estado sobre a escolha de cada pessoa quanto ao seu casamento. Por isso deveria ter sido aprovada, sem calculismo nem hipocrisia.



OUTUBRO 2008 :: DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

www.esquerda.net

UNIÃO EUROPEIA

ESTADOS UNIDOS



A GOLPADA

CRISE FINANCEIRA

O MAIOR ASSALTO DE SEMPRE

7 ÓSCARES DA ACADEMIA 2008
INCLUINDO
PIOR FILME



Tudo sobre a crise mundial

As bolsas caem, a vida fica mais cara, o desemprego aumenta. A crise financeira mostra como o mercado gera fraude e especulação.

Quando a bolha rebenta, banqueiros e governantes passam a conta aos trabalhadores. Através dos impostos e dos juros altos, quem trabalha é que paga os desvarios dos ricos.

É indispensável uma política de nacionalizações e de responsabilidade pública na economia.

CRISE FINANCEIRA

Descobrem-se as verdades

Joseph Stiglitz, prémio Nobel da economia, chamou à presente crise financeira a "queda do Muro de Berlim do capitalismo". De facto, as medidas excepcionais adoptadas nos Estados Unidos e na União Europeia mostram a catástrofe social das políticas liberais.

Esta crise não é o resultado da ganância individual de algumas ovelhas tresmalhadas. Pelo contrário, ela é produzida pelo próprio sistema capitalista, da acumulação sem limite, da concorrência e da especulação.

AFINAL HÁ DINHEIRO

Dizem-nos há anos que a austeridade é inevitável e que não existe dinheiro para responder às necessidades sociais urgentes. É mentira. Agora, para salvar os accionistas de grandes instituições financeiras, os governos e os bancos centrais fazem injeções massivas de dinheiro dos contribuintes.

Em Portugal, a reforma Sócrates na Segurança Social diminuiu as pensões futuras. Há 40% dos desempregados sem subsídio. Mas os portugueses estão a pagar, através dos juros altos, a pro-

tecção aos lucros dos bancos, tal como na Europa e nos Estados Unidos os impostos pagam os prejuízos das empresas especulativas.

PRIVATIZAR É MAIS LENHA PARA A FOGUEIRA

Os governos e a União Europeia têm destruído os sectores públicos da economia. Resultado: privatiza-se os serviços públicos que possam dar lucro e o Estado só intervém para pagar os prejuízos da má gestão e das fraudes capitalistas. A política de privatização é hipócrita e esta crise demonstra-o. Ainda recentemente, a União Europeia processou o Estado português por se manter como accionista privilegiado na EDP (golden-share). Mas agora, a mesma União Europeia avança na nacionalização de bancos em derrapagem financeira.

FIASCO DO MERCADO LIVRE...

O privilégio às bolsas de valores, que nada produzem, conduziu a lucros sem investimentos e a uma bolha especulativa como nunca se viu na história do capitalismo. O dogma da liberdade de circulação de capitais produziu *offshores*, permitiu a lavagem do dinheiro do crime. Esse dogma está condenado.

...E DA REGULAÇÃO "INDEPENDENTE"

As entidades reguladoras já demonstraram a sua incompetência (caso BCP) e a sua cumplicidade (preços dos combustíveis). E também a sua função: ser desculpa da irresponsabilidade do Estado. O sistema de regulação deve ser estatal, porque só assim é democraticamente controlável.



Estão a jogar o teu salário

Além da exploração no trabalho, aqueles que vivem do seu salário vêem as suas poupanças jogadas no casino da bolsa.

Essa exploração do próprio salário é feita através da alta dos preços dos bens essenciais, dos juros pagos à banca e ainda da especulação com fundos de pensões (a parte dos salários depositada para constituir a pensão futura).

Em Portugal, por cada euro pago em salário, há um euro de lucro para o capital. Com a desvalorização dos salários reais e das pensões, durante o governo PS, foram transferidos mais 5 mil milhões de euros para o capital. Com o favorecimento do capital rentista (pelos juros, benefícios fiscais e privatizações), foram transferidos mais 25 mil milhões de euros para o capital.

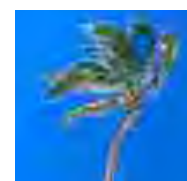
A exploração cresceu brutalmente. Ao mesmo tempo, atingimos dois milhões de pobres, sobretudo idosos, e meio milhão de desempregados e desempregadas.

As respostas que Sócrates não dá



Redução da taxa de juro de referência, diminuição da Euribor a curto prazo.

O Banco Central Europeu tem de se subordinar a uma política de criação de emprego. Sócrates deve defender essa política na União Europeia.



Encerramento de todos os paraísos fiscais (offshores).

Os Estados devem controlar os movimentos de capitais. Para evitar a fraude fiscal e o branqueamento. O Governo português tem que assumir esta proposta no plano internacional.



Informação sobre a situação dos fundos de Planos Poupança-Reforma

Muitos têm aplicações no mercado financeiro dos EUA ou em bancos europeus em crise. As poupanças dos trabalhadores não podem ser transformadas em papel sem valor.

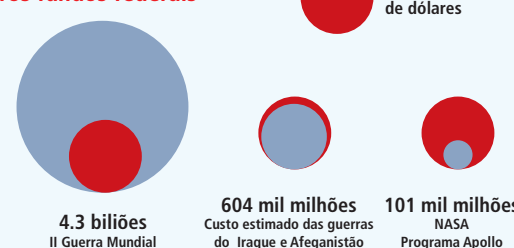
Pacote Bush 2008

O custo do pacote rivaliza com as principais despesas públicas dos EUA

A Casa Branca injectou 850 mil milhões de dólares no mercado financeiro.

É uma despesa astronómica, muito criticada nos EUA. De facto, trata-se de uma massiva nacionalização dos prejuízos dos especuladores. A austeridade orçamental só é imposta a quem trabalha.

Comparação do pacote com outros fundos federais



Ganância patronal

Alguns exemplos da nossa economia

BCP - 80 milhões de euros para os administradores suspeitos de terem falsificado contas

Águas de Portugal - 2,3 milhões em prémios aos administradores, quando o grupo teve prejuízos de 75 milhões. Em viaturas aos administradores foram gastos 2,5 milhões.

TAP - administrador Fernando Pinto quadruplicou o seu salário em cinco anos: 1,2 milhões de euros em 2007.

CASO BCP

O maior escândalo de sempre

No caso BCP, fica à vista a razão da paixão dos banqueiros pelos paraísos fiscais. E a cumplicidade das entidades de regulação do sector bancário, sempre prontas a fechar os olhos a negócios de milhões.

O parlamento organizou uma comissão de inquérito ao caso BCP. Dominada pelo PS e pelo PSD, a comissão recusou ouvir personalidades determinantes no caso BCP e protegeu o abuso do segredo de justiça. Apesar disso, os dados recolhidos mostram que a supervisão fracassou. Apesar de se tratar do maior escândalo da história bancária portuguesa, no impacto social e das perdas financeiras, a supervisão só actuou por denúncia de um accionista e depois de anos de manipulação de mercado pela administração do BCP.

As Contas e Resultados do BCP estiveram falseados durante sete anos. Em falta estavam 400 milhões de euros.

A supervisão nunca detectou esses erros, omissões ou fraudes. Os administradores do BCP tinham interesse pessoal na declaração de resultados artificialmente elevados, dado que as suas remunerações indirectas resultavam de prémios em percentagem dos resultados, até 10% dos lucros.

Em 2002, foi detectada uma compra anormal de 4 milhões de acções, através de um paraíso fiscal - as Ilhas Caimão -, para elevar artificialmente o valor das cotações. A CMVM recomendou uma investigação sobre eventual crime de manipulação de mercado, mas foi ignorada. O BCP escondeu as suas sociedades offshore, mas o Banco de Portugal sabia de quatro sociedades do administrador Goes Ferreira, usadas para a compra não registada de acções próprias a partir de 2002. Essa actuação não foi investigada.



Ruína para pequenos Perdão para grandes

Os detentores de pequenas poupanças foram levados a comprar acções do banco com benefício de crédito, tendo registado prejuízos que muitas vezes os levaram à ruína. O BCP reconhece hoje esse abuso de confiança e já aceitou ressarcir alguns desses clientes. O banco discriminou entre accionistas, tendo perdoado crédito a alguns dos grandes accionistas, em particular aos que agiam como intermediários na compra de acções próprias.

PRIVATIZAÇÃO GALP



Outro mau negócio para o país

As privatizações acentuam a crise orçamental porque o Estado perde receitas. E levam assim ao aumento dos impostos sobre os trabalhadores.



As privatizações diminuem a segurança na economia e a capacidade de controlo sobre as decisões de gestão. Sócrates já decretou a privatização sem concurso de mais 7% da GALP, reduzindo a quota do Estado a 1%. Isso implica um benefício imediato para quem receber essa quota da

distribuição petrolífera. E uma luz verde para as práticas especulativas da empresa. A GALP privatizada recebeu este ano mais de 200 milhões de euros em benefícios fiscais. Lucrou até agora cerca de 300 milhões só com o efeito "Robin dos Bosques".

O BLOCO PROPÕE

Nacionalização do sector energético

Controlo dos lucros das petrolíferas, para abolir a componente especulativa dos preços dos combustíveis.